

**MENSAGEM DE VETO Nº 003 /15, DE 03 DE JULHO DE 2015.**

Câmara Municipal de Caçu/GO  
Poder Legislativo

PROTOCOLO Nº: 026059

Fls.: 11 Livro: 002

Data: 09/07/2015 Às: 16h45min

Jucianeide  
Assinatura

Cumprimentando-a, cordialmente, levo ao conhecimento de Vossa Excelência e dignos Pares que usando da faculdade conferida pelos **artigos 25, II, §2º e 36, IV, da Lei Orgânica do Município**, comunico que **DECIDI**, pelos motivos adiante alinhados, **VETAR, INTEGRALMENTE**, o Autógrafo de Lei nº 24, de 19 de junho de 2015, que "Autoriza CESSÃO DE USO de bem imóvel público de propriedade do Município de CAÇU, à pessoa jurídica que identifica, e dá outras providências".

**O veto integral ao Autógrafo de Lei se justifica pela redação do art. 4º, que assim preceitua: "Art. 4º - O prazo da CESSÃO DE USO autorizada no artigo 1º é até 31 de dezembro de 2020."**

O projeto de lei em foco, que gerou o Autógrafo de Lei pra vetado, é de iniciativa do Executivo Municipal, nos termos do Ofício Mensagem nº 015, de 08 de abril de 2015.

A Cessão de uso é aquela em que o Poder Público "*consente o uso gratuito de bem público por órgãos da mesma pessoa ou de pessoa diversa, incumbida de desenvolver atividade que, de algum modo, traduza interesse para a coletividade*".

Em seu texto original, em respeito ao **poder discricionário** que tem o Prefeito e por entender que o consentimento da cessão de uso se situa normalmente **dentro do poder de gestão dos órgãos administrativos**, a redação original do



artigo vetado era a seguinte: "Art. 4º - O prazo da CESSÃO DE USO autorizada no artigo 1º é até 31 de dezembro de 2016."

Trata-se, pois, de atividade nitidamente administrativa, representativa de atos de gestão, de escolha política para a satisfação das necessidades de setor da coletividade. Assim, a matéria é privativa do Poder Executivo e inserida na esfera do poder discricionário da administração.

O Poder Legislativo alterou o texto original do art. 4º, para constar que o prazo da cessão de uso autorizada no artigo 1º do referido projeto seria até 31 de dezembro de 2020.

**Ora, cumpre esclarecer que o mandato da atual administração se encerra no dia 31 de dezembro de 2016**, que com base em seu Poder Discricionário entende por bem ceder o uso de bem imóvel público para a "Associação 4 patas" até o final desse mandato, ou seja, o planejamento do Executivo Municipal é de que até 31 de dezembro de 2016 o Município pode ceder referido imóvel para uso.

Dessarte, "*data vênia*" o Poder Legislativo não pode por meio de emenda ao Projeto de lei ocupar-se da administração local, pois isso equivale permitir ao legislador que administre invadindo área privativa do Poder Executivo.

Diferentemente da alteração feita pelo Poder Legislativo, entendemos que **caberá a próxima Administração**, que no caso, poderá ser até a mesma que hoje ocupa o Poder Executivo, com base no instituto da reeleição, **decidir se é do interesse público ou não, a continuação da cessão de uso de imóvel público pertencente ao Município de Caçu a partir do dia 31 de dezembro de 2016**, porém tem que ser o Poder Executivo.

Entretanto, Presidente, como a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 25, prevê que o veto somente é admitido para vetar dispositivos inteiros, ou seja, **não se veta emenda ou parte de artigo, parágrafo, inciso e alínea**. Assim, o veto



somente do artigo 4º que, via emenda legislativa, ampliou ilegalmente o prazo da cessão de uso, tornaria anômala a Lei.

Essas, Senhora Presidente, são as razões que me levaram a vetar integralmente o Autógrafo de Lei nº 24, de 19 de junho de 2015, aprovado por essa Casa de Leis, e em obediência ao disposto no § 2º do artigo 25 da Lei Orgânica do Município, restituo a matéria ao reexame e apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal.

Sendo o que tinha para o momento, renovamos os votos de elevada estima e distinta consideração junto a esta Casa Legislativa.



**GILMAR JOSÉ DE FREITAS GUIMARÃES**  
Prefeito Municipal

**A**

**Excelentíssima Senhora**

**Vereadora LUCIMEIRE FREITAS GUIMARÃES**

**Digníssima Presidente da Câmara Municipal de Caçu**

**Avenida Ildefonso Carneiro, nº 399A, Centro, Caçu/GO.**



**Autógrafo de Lei nº 24, de 19 de junho de 2015.** 1984

*"Autoriza CESSÃO DE USO de bem imóvel público de propriedade do Município de CAÇU, à pessoa jurídica que identifica, e dá outras providências".*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU**, Estado de Goiás, por seus vereadores, **APROVA** e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar CESSÃO DE USO, de caráter gratuito, mediante contrato, à Associação SOS 4 PATAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.799.902/0001-47, com sede à Rua Paula e Silva, nº 541, Centro, CAÇU/GO, do imóvel público, caracterizado por: Duas partes de terras situadas neste Município, na Fazenda Caçu, lugar denominado "ÁGUA FRIA", sendo, a PRIMEIRA PARTE: com área de 01ha 43a 54ca (um hectare, quarenta e três ares e cinquenta e quatro centiares) e, a SEGUNDA PARTE: com área de 04ha 84a 00ca (quatro hectares e oitenta e quatro ares), as quais são contíguas e formam um só todo, com as divisas e confrontações constantes das matrículas nºs 4.038 e 3.830, do Cartório de Registro de Imóveis local, conforme Escritura Pública de Reversão, lavrada em 26 de fevereiro de 2014, em anexo.

**Art. 2º** - O imóvel objeto da CESSÃO DE USO, de caráter gratuito, destina-se à referida associação, para que esta obtenha condições logísticas de promover os objetivos da associação nos termos de seus dispositivos estatutários.

**Art. 3º** - A construção de benfeitorias no local deverá ser previamente licenciada e aprovada pelo Poder Executivo.

**Art. 4º** - O prazo da CESSÃO DE USO autorizada no artigo 1º é até 31 de dezembro de 2020.

**Parágrafo único** - Ao término do prazo, ou rescindido o contrato de cessão de uso, a cessionária restituirá o imóvel ao Município, incorporando-se ao imóvel as benfeitorias de caráter permanente em razão da gratuidade da cessão, e quanto às demais poderão ser retiradas pela cessionária.

I - havendo interesse do Município nas demais benfeitorias, estas poderão ser mantidas no local e indenizadas à cessionária, mediante a avaliação da Comissão Especial de Avaliação do Município.

**Art. 5º** - O contrato de cessão será rescindido:

I - no caso de dissolução da associação;

II - ocorrência de protestos de títulos contra a cessionária;

III - por razões de interesse do serviço público;

IV - decorrido o prazo da cessão;

V - o uso do imóvel pela cessionária diversamente da finalidade a que foi cedido;

VI - o não uso do imóvel pela cessionária para a finalidade a que foi cedido, por período superior a 04 (quatro) meses.

**Art. 6º** - Fica a cessionária obrigada a conservar e preservar o imóvel descrito no artigo 1º, em boas condições.

*Wagner de Souza*  
*João*

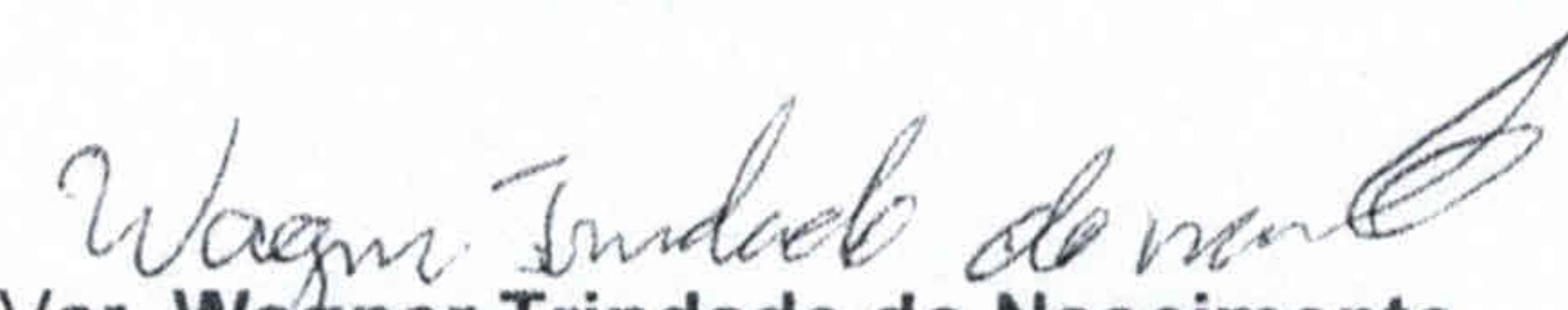


**Art. 7º** - Serão de responsabilidade da cessionária, todas as despesas de instalação e uso de serviços públicos ou particulares instalados ou a instalar no imóvel durante a cessão.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU**, aos 19 dias do mês de junho de 2015.

  
Ver. **Lucimeire Freitas Guimarães**  
Presidente

  
Ver. **Wagner Trindade do Nascimento**  
1º Secretário



OFÍCIO MENSAGEM Nº 015, DE 08 DE abril DE 2015.

**Proponente: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**Assunto: Autoriza CESSÃO DE USO de bem imóvel público de propriedade do Município de CAÇU, à pessoa jurídica que identifica, e dá outras providências.**

**Câmara Municipal de Caçu/GO**  
**Poder Legislativo**

Senhora Presidente,

**PROTOCOLO Nº: 0260120**

**Fls.: 010 Livro: 002**

**Data: 08/04/2015 As: 15:20**

Nobres Vereadores e Vereadoras,

Submetemos à apreciação dessa Colenda Casa legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de estudo e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o Projeto de Lei Municipal em anexo, dispondo sobre autorização de Cessão de Uso de bem imóvel público de propriedade do Município de Caçu, à pessoa jurídica que identifica, e dando outras providências.

A presente propositura decorre da manifestação da diretoria da Associação Civil denominada de "SOS 4 PATAS", com a abrangente finalidade objetivada de PROTETORA DOS ANIMAIS, em ter cedida pelo Município de Caçu, uma área para servir de local à consecução de seus objetivos estatutários.

O imóvel público descrito na propositura, constituído de duas áreas distintas, com suporte legal em duas matrículas, no entender da associação, é adequado ao uso e fins pretendidos.

Observa-se que a cessão do uso do imóvel em questão, é por tempo determinado (até 31/12/2016), gratuito, e com as demais condições, por imposição legal, estabelecidas na matéria.

A cessão de uso de imóvel público depende de autorização legislativa nos termos da Lei Orgânica Municipal (art. 18, XIII), a qual será formalizada via contrato entre as partes.

Por isso, é que propomos o presente projeto de lei neste momento para que, em logrando êxito a sua aprovação, possa se efetivar a contratação da cessão de uso para com a beneficiária.

**ISTO POSTO**, e nos termos do art. 24, da Lei Orgânica Municipal e art. 118 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçu, solicitamos que o presente projeto seja apreciado em regime de urgência. Da mesma forma, seguindo os dispositivos do artigo 138, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicitamos, desde já, a realização de reunião extraordinária para apreciação e aprovação deste projeto.



Na certeza de que Vossa Excelência adotará as medidas necessárias decorrentes da presente Mensagem, renovo protestos de elevado respeito e distinta consideração, extensivos aos seus dignos Pares. Aguardamos aprovação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçu/GO, em 08 de abril de 2015.



**GILMAR JOSÉ DE FREITAS GUIMARÃES**  
Prefeito Municipal

A

Excelentíssima Senhora

**Vereadora LUCIMEIRE FREITAS GUIMARÃES**

Digníssima Presidente da Câmara Municipal de Caçu

Avenida Ildefonso Carneiro, nº 399A, Centro, Caçu/GO.



**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 15, DE 08 DE abril DE 2015.**

“Autoriza CESSÃO DE USO de bem imóvel público de propriedade do Município de CAÇU, à pessoa jurídica que identifica, e dá outras providências”.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU**, Estado de Goiás, por seus vereadores, **APROVA** e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar CESSÃO DE USO, de caráter gratuito, mediante contrato, à Associação SOS 4 PATAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.799.902/0001-47, com sede à Rua Paula e Silva, nº 541, Centro, Caçu/GO, do imóvel público, caracterizado por: Duas partes de terras situadas neste Município, na Fazenda Caçu, lugar denominado “ÁGUA FRIA”, sendo, a PRIMEIRA PARTE: com área de 01ha 43a 54ca (um hectare, quarenta e três ares e cinquenta e quatro centiares) e, a SEGUNDA PARTE: com área de 04ha 84a 00ca (quatro hectares e oitenta ares), as quais são contíguas e formam um só todo, com as divisas e confrontações constantes das matrículas nºs 4.038 e 3.830, do Cartório de Registro de Imóveis local, conforme Escritura Pública de Reversão, lavrada em 26 de fevereiro de 2014, em anexo.

**Art. 2º** - O imóvel objeto da CESSÃO DE USO, de caráter gratuito, destina-se à referida associação, para que esta obtenha condições logísticas de promover os objetivos da associação nos termos de seus dispositivos estatutários.

**Art. 3º** - A construção de benfeitorias no local deverá ser previamente licenciada e aprovada pelo Poder Executivo.

**Art. 4º** - O prazo da CESSÃO DE USO autorizada no artigo 1º é até 31 de dezembro de 2016.

**Parágrafo único.** Ao término do prazo, ou rescindido o contrato de cessão de uso, a cessionária restituirá o imóvel ao Município, incorporando-se ao imóvel as benfeitorias de caráter permanente em razão da gratuidade da cessão, e quanto às demais poderão ser retiradas pela cessionária.

I – havendo interesse do Município nas demais benfeitorias, estas poderão ser mantidas no local e indenizadas à cessionária, mediante a avaliação da Comissão Especial de Avaliação do Município.

**Art. 5º** - O contrato de cessão será rescindido:

- I – no caso de dissolução da associação;
- II – ocorrência de protestos de títulos contra a cessionária;
- III – por razões de interesse do serviço público;
- IV – decorrido o prazo da cessão;
- V – uso do imóvel pela cessionária diversamente da finalidade a que foi cedido;



VI – não uso do imóvel pela cessionária para a finalidade à que foi cedido, por período superior a 04 (quatro) meses.

**Art. 6º** - Fica a cessionária obrigada a conservar e preservar o imóvel descrito no artigo 1º, em boas condições.

**Art. 7º** - Serão de responsabilidade da cessionária, todas as despesas de instalação e uso de serviços públicos ou particulares instalados ou a instalar no imóvel durante a cessão.

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DE CAÇU**, Estado de Goiás, aos 08 dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.



**GILMAR JOSÉ DE FREITAS GUIMARÃES**  
Prefeito Municipal